



 **Instituto Rio Branco**

**Concurso Público**

**Admissão à Carreira  
de Diplomata**

**SEGUNDA FASE:  
Prova Escrita de Português**

Aplicação: 17/4/2005



**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**



- 1 Este caderno contém a Prova Escrita de Português, que consiste de duas partes: um **comentário** e uma **redação**, que valem **30 e 70 pontos**, respectivamente.
- 2 Além deste caderno de prova, você receberá um caderno de rascunho e um caderno de textos definitivos. As páginas para rascunho são de uso opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação. Todas as respostas devem ser inteiramente transcritas no caderno de textos definitivos.
- 3 Caso algum dos cadernos esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 A legibilidade será considerada na avaliação da prova. Portanto, tenha atenção com o formato de letras e demais notações. Não use marcas ou sinais que não integrem o sistema gráfico do português. A escrita deve ser contínua, sem linhas em branco, mesmo para separar parágrafos.
- 5 Não inclua títulos nos textos.
- 6 Os limites mínimo e máximo de palavras para cada parte da prova são considerados na avaliação e devem ser rigorosamente respeitados.
- 7 As respostas devem caracterizar-se por objetividade, clareza, precisão e concisão, evitando-se o emprego de preciosismos, clichês ou circunlóquios.
- 8 Os textos devem obedecer aos padrões da modalidade escrita da língua e do gênero textual correspondente a cada parte, bem como seguir a norma culta do português brasileiro contemporâneo.
- 9 A duração da prova é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos para as respectivas folhas do caderno de textos definitivos.
- 10 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o caderno de textos definitivos e deixe o local de prova.
- 11 Será anulado o texto definitivo que for escrito a lápis ou tiver identificação fora do local apropriado.
- 12 A prova será anulada se for devolvida com as folhas de textos definitivos destacadas ou rasgadas.

# PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS

Na prova a seguir, faça o que se pede, usando, caso julgue necessário, as páginas correspondentes do caderno de rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas do **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**. Respeite os limites mínimos e máximos de palavras estabelecidos.

Nas **folhas do caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas na capa, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Examinadores:

Geraldo Cordeiro Tupynambá  
Denise de Aragão Costa Martins  
Gisele Gama Andrade

**Leia os textos I, II e III a seguir.**

## Texto I

### O punhal de Martinha

Machado de Assis

Quereis ver o que são destinos? Escutai. Ultrajada por Sexto Tarquínio, uma noite, Lucrecia resolve não sobreviver à desonra, mas primeiro denuncia ao marido e ao pai a aleivosia daquele hóspede, e pede-lhes que a vinguem. Eles juram vingá-la, e procuram tirá-la da aflição dizendo-lhe que só a alma é culpada, não o corpo, e que não há crime onde não houve aquiescência. A honesta moça fecha os ouvidos à consolação e ao raciocínio, e, sacando o punhal que trazia escondido, embebe-o no peito e morre. Esse punhal podia ter ficado no peito da heroína, sem que ninguém mais soubesse dele; mas, arrancado por Bruto, serviu de lábaro à revolução que fez baquear a realeza e passou o governo à aristocracia romana. Tanto bastou para que Tito Lívio lhe desse um lugar de honra na história, entre enérgicos discursos de vingança. O punhal ficou sendo clássico. Pelo duplo caráter de arma doméstica e pública, serve tanto a exaltar a virtude conjugal, como a dar força e luz à eloquência política.

Bem sei que Roma não é Cachoeira, nem as gazetas dessa cidade baiana podem competir com historiadores de gênio. Mas é isso mesmo que deploro. Essa parcialidade dos tempos, que só recolhem, conservam e transmitem as ações encomendadas nos bons livros, é que me entristece, para não dizer que me indigna. Cachoeira não é Roma, mas o punhal de Lucrecia, por mais digno que seja dos encômios do mundo, não ocupa tanto lugar na história, que não fique um canto para o punhal de Martinha. Entretanto, vereis que esta pobre arma vai ser consumida pela ferrugem da obscuridade.

Martinha não é certamente Lucrecia. Parece-me até, se bem entendo uma expressão do jornal *A Ordem*, que é exatamente o contrário. "Martinha (diz ele) é uma rapariga franzina, moderna ainda, e muito conhecida nesta cidade, de onde é natural". Se é moça, se é natural da Cachoeira, onde é muito conhecida, que quer dizer *moderna*? Naturalmente quer dizer que faz parte da última leva de Citera. Esta condição, em vez de prejudicar o paralelo dos punhais, dá-lhe maior realce, como ides ver. Por outro lado, convém notar que, se há contrastes das pessoas, há uma

coincidência de lugar: Martinha mora na Rua do Pagão, nome que faz lembrar a religião da esposa de Colatino. As circunstâncias dos dois atos são diversas. Martinha não deu hospedagem a nenhum moço de sangue régio ou de outra qualidade. Andava a passeio, à noite, um domingo do mês passado. O Sexto Tarquínio da localidade, cristãmente chamado João, com o sobrenome de Limeira, agrediu e insultou a moça, irritado naturalmente com os seus desdêns. Martinha recolheu-se à casa. Nova agressão, à porta. Martinha, indignada, mas ainda prudente, disse ao importuno: “Não se aproxime, que eu lhe furo”. João Limeira aproximou-se, ela deu-lhe uma punhalada, que o matou instantaneamente.

Talvez esperásseis que ela se matasse a si própria. Esperaríeis o impossível, e mostraríeis que me não entendestes. A diferença das duas ações é justamente a que vai do suicídio ao homicídio. A romana confia a vingança ao marido e ao pai. A cachoeirense vinga-se por si própria, e, notai bem, vinga-se de uma simples intenção. As pessoas são desiguais, mas força é dizer que a ação da primeira não é mais corajosa que a da segunda, sendo que esta cede a tal ou qual subtileza de motivos, natural deste século complicado.

Isto posto, em que é que o punhal de Martinha é inferior ao de Lucrecia? Nem é inferior, mas até certo ponto é superior. Martinha não profere uma frase de Tito Lívio, não vai a João de Barros, alcunhado o Tito Lívio português, nem ao nosso João Francisco Lisboa, grande escritor de igual valia. Não quer sanefas literárias, não ensaia atitudes de tragédia, não faz daqueles gestos oratórios que a história antiga põe nos seus personagens. Não; ela diz simplesmente e incorretamente: “Não se aproxime que eu lhe furo”. A palmatória dos gramáticos pode punir essa expressão; não importa, o *eu lhe furo* traz um valor natal e popular, que vale por todas as belas frases de Lucrecia. E depois, que tocante eufemismo! Furar por matar; não sei se Martinha inventou esta aplicação; mas, fosse ela ou outra a autora, é um achado do povo, que não manuseia tratados de retórica, e sabe às vezes mais que os retóricos de ofício.

Com tudo isso, arrojo de ação, defesa própria, simplicidade de palavra, Martinha não verá o seu punhal no mesmo feixe de armas que os tempos resguardam da ferrugem. O punhal de Carlota Corday, o de Ravallac, o de Booth, todos esses e ainda outros farão cortejo ao punhal de Lucrecia, luzidos e prontos para a tribuna, para a dissertação, para a palestra. O de Martinha irá rio abaixo do esquecimento. Tais são as cousas deste mundo! Tal é a desigualdade do destino!

Se, ao menos, o punhal de Lucrecia tivesse existido, vá; mas tal alma, nem tal ação, nem tal injúria, existiram jamais, é tudo uma pura lenda, que a história meteu nos seus livros. A mentira usurpa assim a coroa da verdade, e o punhal de Martinha, que existiu e existe, não logrará ocupar um lugarzinho ao pé de Lucrecia, pura ficção. Não quero mal às ficções, amo-as, acredito nelas, acho-as preferíveis às realidades; nem por isso deixo de filosofar sobre o destino das cousas tangíveis em comparação com as imaginárias. Grande sabedoria é inventar um pássaro sem asas, descrevê-lo, fazê-lo ver a todos, e acabar acreditando que não há pássaros com asas... Mas não falemos mais em Martinha.

Crônica. A Semana. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973, p. 615-6.

## Os vivos governam os mortos

Boris Fausto

Sabem os historiadores e as pessoas dedicadas às ciências humanas em geral que o passado não é um campo imóvel, de contornos definidos, possibilitando aos especialistas conhecer os fatos tal como eles realmente aconteceram. Esse foi um grande sonho positivista que quis aproximar as ciências humanas da objetividade das chamadas “ciências duras” — uma objetividade também relativa, como hoje se sabe — para daí extrair grandes leis explicativas da vida social.

Na verdade, o passado é movente, não por ser tecido apenas por diferentes discursos, como os pós-modernos pretendem, mas porque sua interpretação, em busca de graus crescentes de certeza, está sujeita à ampliação do conhecimento e às opções das construções históricas do presente.

Fico aqui no terreno interpretativo, separando-o algo artificialmente dos avanços do conhecimento, pois estes e a renovação interpretativa muitas vezes se entrelaçam.

Vejam, por exemplo, o acesso a fontes antes consideradas segredo de Estado, como se deu com os arquivos soviéticos, felizmente bastante preservados. A análise mais aprofundada das decisões da burocracia soviética ou, personalizando, de Stálin e sua corte, do universo concentracionário, da liquidação dos camponeses ou até mesmo da aventura insurrecional de novembro de 1935 no Brasil deveram-se ao mencionado avanço do conhecimento.

Longe de serem inocentes, as interpretações e reinterpretações dos historiadores têm muito a ver com sua visão do presente. No caso, invertendo uma conhecida expressão de Auguste Comte [1798–1857], são os vivos que governam os mortos. É esse, aliás, o sentido da conhecida expressão de Benedetto Croce [1866–1952], segundo a qual toda história é história contemporânea.

Exemplos não faltam, e entre os mais significativos encontram-se as controvérsias interpretativas em torno de duas grandes balizas que marcaram o trabalho dos historiadores e a imaginação dos povos: a Revolução Francesa [1789] e a Revolução Russa [1917].

É curioso observar, por outra parte, que as reelaborações do passado, versando sobre processos históricos, instituições, acontecimentos ou personagens, ganharam uma popularidade que transcende os círculos acadêmicos. Matéria publicada nesta Folha em 6/2, com o sugestivo título *Revisionismo Histórico Vira Best Seller* nos EUA, refere-se a esse fenômeno. Os exemplos aí citados, indo da revisão da Guerra da Secessão [1861–65] à da figura do presidente Roosevelt [1882–1945] e da implantação do *New Deal*, são indicativos de um misto de ampliação do conhecimento histórico e, ao mesmo tempo, da irresponsabilidade que, em certos casos, acompanha o ímpeto interpretativo.

A que se deve a popularidade das revisões? Entre outras razões, ao prazer que o leitor encontra na desconstrução de figuras históricas, sobretudo quando convertidas em mitos, como ocorre com Churchill [1874–1965], Roosevelt e tantos outros. A

busca de sensações novas, crescente no mundo urbano desde as últimas décadas do século XIX, permite sugerir que o revisionismo com ingredientes sensacionalistas é uma das vertentes desse contexto histórico.

Do ponto de vista cronológico, um aspecto a ser notado é o de que as controvérsias interpretativas mais ardorosas dizem respeito, com frequência, a instituições, episódios ou personagens de um passado próximo, e menos ao passado mais distante. Isso acontece porque tais controvérsias têm muito a ver com disputas políticas que fazem parte da memória das gerações mais velhas, incidindo, ao mesmo tempo, num quadro presente, conservando traços do passado.

Para ficar num exemplo nosso, vejam o caso do getulismo e da figura de Getúlio Vargas [1883–1954]. Getulismo e antigetulismo foram dois exércitos em combate, no âmbito da história do Brasil, a partir de 1930, com repercussão nas diferentes ideologias e, em certa medida, nas disputas do presente.

Se a crítica sem matizes ao getulismo foi superada pelo tempo, a mitificação da época e de seu ator principal vem sendo utilizada na defesa do nacionalismo, nas críticas à globalização, nas denúncias ao chamado desmonte da era Vargas. Não é por acaso que, nesse tipo de leitura, a dura repressão do primeiro e longo governo Vargas tende a ser ignorada.

Em certos casos, e não só nos círculos acadêmicos, as interpretações de um passado mais distante são também objeto de disputas árduas, em que se espelham visões do presente. Dois exemplos, aqui apenas enunciados, são significativos. Vejam a revisão do escravismo, por meio da qual autores como João José Reis, Robert Slenes, Sílvia Lara, entre outros, contrapõem-se às teses estruturalistas clássicas, que ressaltam a anomia das populações escravas.

Os revisionistas, em poucas palavras, enfatizam a relevância dos escravos como agentes históricos, manifestada no plano da resistência social e da cultura. Essa vertente, que tem muitos méritos e alguns exageros, guarda relação íntima com a crítica mais geral ao determinismo e com a emergência da sociedade civil, características dos dias que vivemos.

O outro exemplo é o da interpretação da Guerra do Paraguai [1864–70], que só recentemente, graças aos trabalhos de historiadores como Francisco Doratioto e Ricardo Salles, abriu-se a novos caminhos, rejeitando, de um lado, a simplista historiografia antiimperialista, tendo como alvo exclusivo a Inglaterra, e, de outro, os fastos heróicos da versão militar.

Isso foi possível porque muitos arquivos foram abertos, no Paraguai e em parte no Brasil, e porque os maniqueísmos de direita e de esquerda perderam muito de sua força. A constatação tem também a ver com a emergência do regime democrático que permitiu a revisão, sem temores, da interpretação patrioteira do conflito — uma “verdade incontestada”, na época do regime militar e mesmo antes dele.

Tudo isso indica que as interpretações históricas não são ondas que vão e vêm, como discursos que se equivalem. Elas favorecem a ampliação do conhecimento e, mais do que isso, possibilitam ao cidadão letrado opções de análise do passado que não o obriga à ingestão de pratos feitos, quase sempre indigestos.

Folha de S. Paulo. 27/2/2005 (com adaptações).

## A narrativa na escrita da história e da ficção

Luiz Costa Lima

A tendência à confusão entre as formas discursivas da história e da ficção literária não é apenas um efeito do que têm em comum — a organização narrativa — ou uma resultante da reação ao estatuto inadequado que se conferiu a esta e àquela. Se assim o fosse, essa tendência só se manifestaria em data recente. Ora, J. Lotman\* nos faz notar que essa tendência é muitíssimo mais remota. Mostra-nos ele que, sob a forma comum de narrativa, desde tempos imemoriais, surgiam dois tipos de relato. De um lado, aqueles que tinham por finalidade apresentar um mundo estável, absolutamente regulado por leis. Fixados sob a forma de mitos, “não lidavam com fenômenos que sucediam apenas uma vez e sem referência às leis naturais, mas com eventos intemporais, sem cessar reproduzidos, e, neste sentido, sem movimento” (Lotman, J.: 1979, 162-3). De outro lado, surgiam as narrativas voltadas para o excesso, o anômalo e o singular, que, pelo próprio tipo de cena privilegiado, não permitiam a representação do ciclo cósmico, nas quais encontra o cerne dos relatos dotados de enredo. Desde tempos sem conta, a humanidade recorreu a estas duas formas antagônicas de narrar. Se a primeira privilegiava a visão de ciclos estáveis, dotados de leis constantes, a segunda ressaltava o acidental irrepetível e singular. “O texto de enredo (*plot-text*) moderno é o fruto da interação e da influência recíproca destas duas espécies de texto, tipologicamente remotas” (Lotman, J.: idem, 163).

A passagem de Lotman realça por outro caminho um velho conhecimento: o mito é o corpo unânime de cuja fragmentação surgiram, na Grécia, a história e a tragédia. O interesse deste conhecimento assim recuperado está em nos permitir, ao mesmo tempo, o melhor entendimento tanto da proximidade quanto da diferença entre história e ficção. O fato de que ambas se realizem narrativamente não impede que cada uma provoque um relacionamento diverso com o mundo. O intento do historiador é *designar* o mundo que estuda. Designá-lo não no sentido de apontar o que ali já estivesse, pronto e apenas à espera da palavra que o propagasse. Designá-lo, no caso, significa: organizar os restos do passado, tal como presentes ou inferidos de documentos, em um todo cujo sentido centralmente não é da ordem do imaginário. A interpretação do historiador, sua forçosa interpretação, será arbitrária se, por conta de seus valores, fundá-lo à imagem de outro tempo e fundi-lo às expectativas e categorias deste. O intento do ficcionista é criar uma interpretação desestabilizadora do mundo. Como este já é demarcado pelas múltiplas representações dos *frames* cotidianos, o correto será dizer que ele cria uma representação desestabilizante das representações. Representação segunda, a do ficcionista, que não tem o propósito de re-duplicar a primeira, o que a tornaria ociosa, senão que de mostrá-la à *distância*, assim possibilitando ao receptor uma orientação diversa da que se lhe impõe quando

é mero “ator”. Porque próximas, as práticas do historiador e do ficcionista podem ser comparadas e não só contrapostas. Porque enraizadas no uso da linguagem, de cuja capacidade organizativa depende a eficácia de ambas, é de se esperar que o questionamento da cientificidade da história conduza ao estudo mais acurado dos procedimentos verbais escolhidos pelo historiador. A partir daí, contudo, supor que se conduza como um ficcionista será tão desastroso quanto tem sido para este tomar-se o seu produto como um documento histórico. Próximos, mas distintos, os discursos do historiador e do ficcionista diferenciam-se tanto pela maneira como suas narrativas se relacionam com o mundo quanto pelo modo como neles atua o narrador.

A aguarrás do tempo. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 101-2.

\* Iuri (Juri ou Jurij) M. Lotman (1922-1993) é autor de diversas obras sobre Teoria da Literatura e Semiótica. Os trechos citados no texto III foram extraídos do ensaio **The origin of plot in the light of typology**, publicado na revista **Poetics today** 1 (1/2): 161-184 (1979). [Nota dos examinadores].

## PARTE I – COMENTÁRIO

Identifique e comente de forma resumida as visões do trabalho do historiador contidas exclusivamente nos textos I, II e III.

**Extensão: de 250 a 300 palavras**  
**(valor: trinta pontos)**

## PARTE II – REDAÇÃO

Disserte sobre o tema suscitado no seguinte trecho de Benedito Nunes.

(...) “o recurso aos documentos assinala uma linha divisória entre história e ficção; diferindo do romance, as construções do historiador pretendem ser reconstruções do passado.” (...) Mas essa linha divisória, que acentua a dissimetria entre a narrativa histórica e a narrativa ficcional, anula-se pela natureza desse *passado reconstruído*, quando se dá à expressão o seu peso ontológico de reconstrução de uma realidade que não mais existe, que já deixou de ser. Desse ponto de vista, a “realidade histórica” é tão *sui generis* quanto a “irrealidade” da Ficção. Nesta, os acontecimentos inventados, formando um mundo fictício, escapam a qualquer espécie de confirmação empírica. Naquela, os dados empíricos (documentos), signos de um mundo que foi real, remetem a acontecimentos passados, conhecidos por inferência, e que só se confirmam, fora de toda comprovação empírica, pela reconstrução desse mesmo mundo.

**Extensão: de 500 a 600 palavras**  
**(valor: setenta pontos)**